# Todos Pela Educação 2ª Audiência Pública -Projeto de Lei n° 5.230/2023

Senado Federal Abril de 2024





# Enfim, a reestruturação do Novo Ensino começa a ganhar corpo



#### **GRANDE AVANÇO:**

O Projeto de Lei nº 5230/2023 aprovado pela Câmara dos Deputados preserva princípios da reforma efetivada em 2017 e, mais importante, traz múltiplas melhorias frente ao desenho original, atualmente em vigor e com diversos problemas (muitos de implementação, mas também de desenho).

Além dos avanços técnicos no texto da Lei, a convergência política em torno do texto também foi grande destaque.

# Enfim, a reestruturação do Novo Ensino começa a ganhar corpo



# **URGÊNCIA:**

Ainda há espaço para melhorias no Senado Federal, mas defendemos uma tramitação célere. Isso é viabilizado pelo acúmulo das discussões já realizadas no Senado e pelas convergências já construídas em torno do texto.

"Urgência não é por pressão de A, B ou C, mas pelos alunos."

(Sen. Professora Dorinha, na 1ª Audiência Pública sobre o PL 5.230/2023, 16/3/2024)





Nota técnica

Novo Ensino Médio - Análise do Projeto de Lei aprovado na Câmara dos Deputados



Análise sobre as mudanças no Novo Ensino Médio aprovadas na Câmara dos Deputados

MARCO/2024

# RESUMO DA ANÁLISE DO TODOS PELA EDUCAÇÃO A RESPEITO DO PROJETO DE LEI Nº 5.230/2023

# Preservação dos princípios da reforma e ajustes substanciais no desenho original

# 4444

# I. Preservação dos princípios da reforma original

- (1) expansão da carga horária mínima de 2.400 para 3.000 horas (já efetivada por todas as redes de ensino), com o indicativo de se chegar a 4.200 horas (embora sem prazo delimitado);
- (2) organização curricular flexível, formada por uma parte comum a todos (formação geral básica, orientada pela BNCC) e por trilhas formativas a partir da escolha dos estudantes (itinerários formativos); e
- (3) busca por maior articulação da formação técnica e profissional no Ensino Médio

#### **Datafolha**:

- 65% dos ingressantes no Ensino Médio em 2024 dizem preferir modelo flexível (em que uma parte comum do currículo é combinada com aprofundamento em disciplinas de maior interesse ou curso técnico)

(Pesquisa de opinião com jovens ingressantes no Ensino Médio – Mar/2024)

#### Unesco:

 - 86% dos estudantes que cursaram o 1º ano do EM em 2022 têm percepção ótima ou boa sobre possibilidade de escolher parte das disciplinas

(Pesquisa Nacional sobre a Implementação da Reforma do Ensino Médio – Abr/2024)

Preservação dos princípios da reforma e ajustes substanciais no desenho original

# | 4444

# II. Melhorias frente ao desenho original da reforma

A. CARGA HORÁRIA DA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

- Substituição de um teto de horas da Formação Geral Básica (1.800h) por 2 pisos: um para a FGB (2.400h), outro para itinerários (600h)
  - ✓ O texto aprovado é bastante positivo, ao reverter a redução acentuada da Formação Geral Básica, ao mesmo tempo que garante uma carga horária relevante para a parte flexível dos currículos
  - ✓ Importante também a possibilidade de elevar a carga horária da Formação Geral Básica com o crescimento da carga horária total

# Preservação dos princípios da reforma e ajustes substanciais no desenho original



# II. Melhorias frente ao desenho original da reforma

- B. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA
  - A Lei mantém a previsão de que a Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem nas quatro áreas do conhecimento, mas aponta os componentes curriculares que as integram (conforme a BNCC já faz)
    - ✓ A definição em Lei dos componentes curriculares que integram as diferentes áreas do conhecimento é um avanço no texto legislativo, para dar mais clareza normativa do que deve ser trabalhado com os estudantes em cada área durante a Formação Geral Básica
    - ✓ Acertada a decisão de não tornar componentes curriculares obrigatórios a partir de Lei

# Preservação dos princípios da reforma e ajustes substanciais no desenho original



# II. Melhorias frente ao desenho original da reforma

- C. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS
  - A Lei prevê que os itinerários formativos são compostos de aprofundamentos das áreas de conhecimento ou de formação técnica e profissional
  - Passa a ser previsto em Lei que todas as escolas devem ofertar, no mínimo, dois itinerários formativos de aprofundamento (com exceção das que oferecem a formação técnica e profissional), sempre garantindo que todas as áreas de conhecimento estejam contempladas;
  - A Lei também prevê a construção, pelo Ministério da Educação e com participação dos sistemas estaduais e distrital de ensino, de diretrizes nacionais de aprofundamento de cada uma das áreas de conhecimento.
    - ✓ Todas as definições são positivas, ao trazerem e preverem maiores contornos ao que deve ser trabalhado nos itinerários formativos

Preservação dos princípios da reforma e ajustes substanciais no desenho original

# III. Outros pontos definidos

- ✓ Notório saber: não-revogação do inciso IV do caput do Art. 61 da LDB.
- ✓ Ensino mediado por tecnologia: Ensino Médio ofertado de forma presencial, admitido, excepcionalmente, ensino mediado por tecnologia, na forma de regulamento
- ✓ Enem: considerará as competências e habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular e nas diretrizes nacionais de aprofundamento das áreas de conhecimento

# 2. PONTOS PARA DISCUSSÃO NO SENADO FEDERAL

# 4 principais pontos:

- Aprimorar o modelo proposto para a compensação de horas da Formação Geral Básica no caso da formação técnica e profissional
- 2. Estabelecer um percentual mínimo para a Formação Geral Básica na medida em que se expande a carga horária total, garantindo que escolas de tempo integral tenham esta parte comum do currículo expandida
- 3. Estabelecer que todos os sistemas públicos de ensino devem definir em lei metas de expansão de matrículas em tempo integral
- 4. Aprimorar redação sobre o Enem a fim de não limitar definições técnicas sobre o formato da prova









@TODOSPELAEDUCACAO

in /COMPANY/TODOSPELAEDUCACAO

